

NOMEAR E SER NOMEADO NA IDADE MÉDIA. ESTUDO DE ANTROPONÍMIA ALENTEJANA MEDIEVAL

(HOMENAGEM A IRIA GONÇALVES)



O espaço dos concelhos de Almodôvar, Castro Verde e Padrões após a Reconquista.

O estudo da antroponímia medieval não tem tido, entre nós, grandes cultores. De entre os que se dedicaram a tal tarefa, ressalta o nome de Iria Gonçalves, que desde o início da década de setenta (com a publicação de dois artigos sobre essa temática na revista *Do Tempo e da História*, órgão do Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, actual Centro de História da Universidade de Lisboa¹) se tem dedicado ao estudo da onomástica portuguesa baixo-medieval e, dessa forma, ao estudo da história social naquele período.

O presente estudo tem como ponto de partida uma inquirição ordenada por el-rei D. Fernando, relativa aos bens régios existentes nos concelhos de Castro Verde, Almodôvar e Padrões², a qual foi levada a cabo entre

1375 e 1376. Esta inquirição, cuja cópia se conserva nos livros da *Leitura Nova (Livro I dos Direitos Reais*, fólios 111 a 163), foi transcrita na íntegra e publicada com um estudo introdutório de Valentino Viegas e prefaciada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, à data Director dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo³. Tal é a base do trabalho que hoje aqui apresentamos.

Esta inquirição afigura-se particularmente interessante por dois motivos. Em primeiro lugar, é muito tardia (último quartel do século XIV) – as inquirições gerais foram pela primeira vez ordenadas por D. Afonso II (1220), sendo depois novamente levadas a cabo por seu filho D. Afonso III (1258), anos volvidos após a luta que o opôs ao seu irmão, D. Sancho II, para actualização do cadastro dos bens régios; mais tarde também D. Dinis (1284, 1288-90, 1301, 1303-04 e 1307) e D. Afonso IV (1335 e 1343) procederam a inquirições no Reino, mas sobretudo nas regiões Norte e Centro do País. Tal leva-nos à segunda particularidade desta inquirição – com efeito, este documento versa sobre uma área geográfica bem no Sul do país, na antiga correição de Campo de Ourique (aquilo que é hoje o Baixo Alentejo). Num espaço controlado essencialmente pela Ordem de Santiago, compreende-se o interesse do monarca D. Fernando na execução desta inquirição, numa altura em que se «concentram medidas de carácter económico, político e administrativo reveladoras de inegável coerência, do ponto de vista do poder central»⁴.

Como lembra o Professor Bernardo Vasconcelos e Sousa no final da sua apresentação, cabe «aos investigadores da época medieval aproveitar e rentabilizar ao máximo esta edição»⁵, pelo que pretendemos com esta comunicação explorar um aspecto até agora não trabalhado – o estudo da antroponímia, no qual esta fonte é particularmente rica, «possibilitando análises quantitativas de grande interesse histórico»⁶.

1

Tratam-se dos estudos «Amostra de Antroponímia Alentejana do século XV» (*Do Tempo e da História*, vol. IV, 1971, pp. 173-212) e «Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média» (*Do Tempo e da História*, vol. V, 1972, pp. 159-200).

2

O antigo concelho de Padrões era constituído por duas freguesias (Nossa Senhora da Graça e Santa Bárbara), tendo sido extinto pelas reformas de Passos Manuel, em 1836, passando a primeira das duas freguesias para o município de Almodôvar, e a segunda para o de Castro Verde.

3

Cf. *Inquirições sobre os Bens Régios nos Concelhos de Castro Verde, Almodôvar e Padrões (1375-1376)*. Introd., edição do texto e notas por Valentino VIEGAS e apresentação de Bernardo Vasconcelos e SOUSA, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1998, 279 pp.; ISBN 972-8107-43-9 [Estudos e Documentos, n.º 2].

Este documento, bem circunscrito no espaço e no tempo, se não permite por si só uma generalização dos dados obtidos, permite porém a sua comparação com documentos análogos para outras regiões e períodos – um dado para o qual a Professora Iria Gonçalves havia chamado a atenção aquando da escrita da sua «Amostra de Antroponímia Alentejana do século XV», há quase quarenta anos⁷.

O estudo que pretendemos levar a cabo incidirá, pois, sobre os concelhos de Castro Verde, Almodôvar e Padrões, terras pertencentes ao domínio da Ordem de Santiago. Porque as inquirições são feitas em separados para cada um dos concelhos, procederemos de igual forma com os nomes que recolhemos, agrupando-os de acordo com os concelhos de origem. Além disso, casos houve em que não foi possível atribuir uma origem geográfica concreta aos indivíduos, figurando estes em mais do que uma inquirição.

1. O SISTEMA ANTROPONÍMICO MEDIEVAL

O nome do indivíduo é um dos primeiros atributos que o mesmo recebe, sendo necessariamente um reflexo das mentalidades e do meio social em que o mesmo se insere. No entanto, os estudos antroponímicos em Portugal, como já anteriormente referimos, não têm despertado o interesse dos historiadores, olvidando assim a enorme riqueza que este tipo de fonte encerra.

O nome funciona como forma de identificação de uma pessoa nos diferentes grupos em que se inseria, seja primeiro a família, seja depois a comunidade local ou o grupo profissional. A necessidade de os indivíduos se diferenciarem entre si ditou a utilização de vários nomes para os distinguir. Quanto maiores as comunidades onde os mesmos se inseriam, maior a dificuldade em os diferenciar, o que se fazia recorrendo a formas de denominação cada vez mais complexas.

O sistema antroponímico medieval era constituído, como escreve Iria Gonçalves, «essencialmente, por um nome próprio – o mais importante e o único verdadeiramente fixo – a que se podia ou não juntar um sobrenome, que era sempre, ou pelo menos quase sempre formado por um patronímico e um indicativo de proveniência ou de domicílio, ou uma alcunha, que podiam ou não, um e outra, transformar-se em apelido de família»⁸.

Em traços gerais, este arquétipo manteve-se até aos finais de Quatrocentos, começando a ser paulatinamente substituído a partir da centúria seguinte. Subsistiram, ainda assim, alguns casos de uso único de um nome – como os clérigos (situação em que não era absoluto, dada a utilização do título de frei) ou as crianças (às quais só mais tarde se acrescentava o sobrenome).

Sendo a onomástica medieval relativamente pobre em termos de nomes empregues para designar os indivíduos, a diferenciação fazia-se necessariamente através da utilização de um sobrenome, geralmente um patronímico. Como esta solução continuava a causar homónimas significativas, procurou-se, através da utilização de um terceiro ou até mesmo de um quarto elemento – apelativos, alcunhas, locativos, etc. – um modo cabal de diferenciar os indivíduos. Este último elemento acabou, em certos casos, por se tornar o mais distintivo, chegando mesmo a «sobrepor-se a todos os demais constitutivos do antroponímico, eclipsando-os»⁹.

De resto, a onomástica medieval cristã é análoga àquela que, anteriormente, era usada pelas sociedades muçulmanas que ocupavam o território onde viria a nascer Portugal, com o uso de um nome próprio, o *nasab* (indicando a referência patronímica, a qual é dada pela partícula *bin / bint*, significando «filho de» / «filha de» – correlata, portanto, do uso das formas do genitivo nas línguas novilatinas para designar a filiação; veja-se, por exemplo, Afonso Henriques, isto é, «Afonso, filho de Henrique»), a *kunya* (donde derivou o nosso termo «alcunha», e que era dado pela partícula *'abu / umm*, isto é, «pai de» / «mãe de»), ou ainda a *nisba* (que designa, por exemplo, a origem geográfica do indivíduo – citamos alguns exemplos mais conhecidos, como Ibn Marwān al-Ġilliġi, *i.e.*, «o Galego», ou Ibn Bassām aš-Šantarini, *i.e.*, «o Escalabitano»).

No caso em estudo, encontram-se exemplos de todos os casos anteriormente mencionados, distribuídos de acordo com a seguinte tabela:

⁴ Cf. Bernardo de Vasconcelos e SOUSA, «Apresentação», in *id.*, *ibid.*, p. 6.

⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 6.

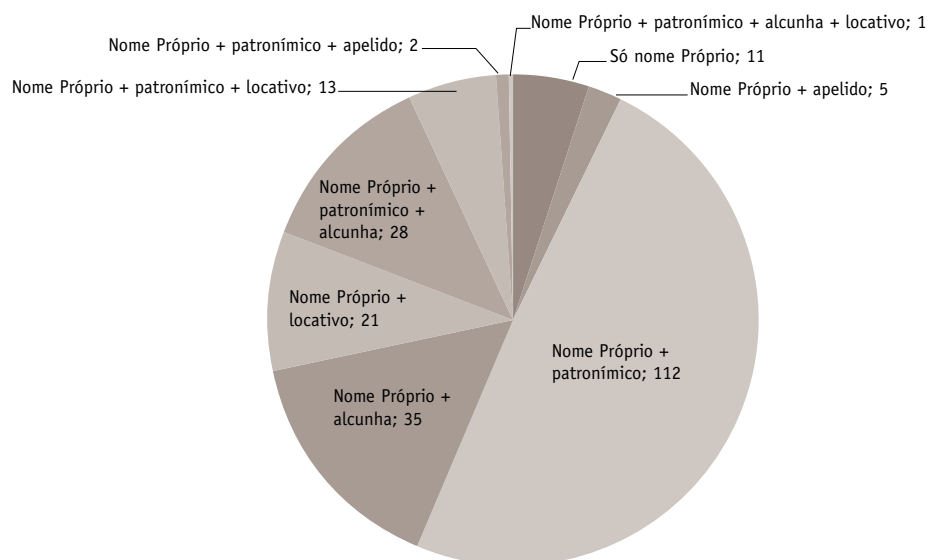
⁶ Cf. Iria GONÇALVES, «Amostra de Antroponímia Alentejana do século XV», *loc. cit.*, p. 174.

⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 175.

⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 175.

⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 177.

N.º DE ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO NOME	AMOSTRAGEM	%
Só nome próprio	11	4,8%
Nome próprio + apelido	5	2,2%
Nome próprio + patronímico	112	49,3%
Nome próprio + alcunha	35	15,3%
Nome próprio + locativo	21	9,2%
Nome próprio + patronímico + alcunha	28	12,3%
Nome próprio + patronímico + locativo	13	5,7%
Nome próprio + patronímico + apelido	2	0,8%
Nome próprio + patronímico + alcunha + locativo	1	0,4%
TOTAL	228	100,0%



2. NOMES PRÓPRIOS MASCULINOS

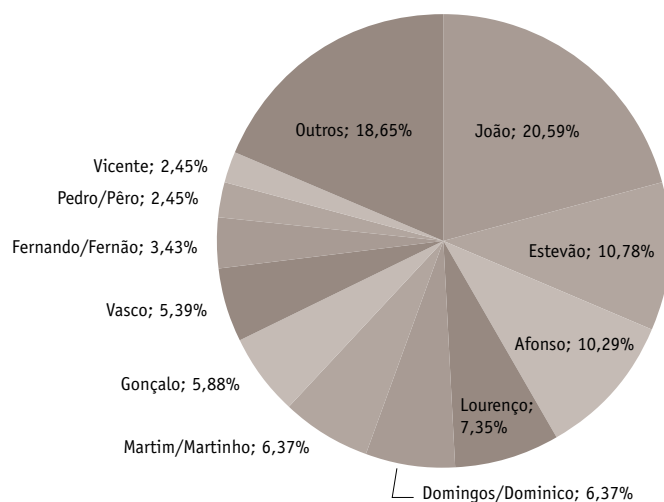
Destes 228 nomes, os nomes mais comuns, para o sexo masculino, são os seguintes:

NOME	N.º DE OCORRÊNCIAS	%
João	42	20,59%
Estêvão	22	10,78%
Afonso	21	10,29%
Lourenço	15	7,35%
Domingos / Dominicó	13 (12+1)	6,37%
Martim / Martinho	13 (12+1)	6,37%
Gonçalo	12	5,88%
Vasco	11	5,39%
Fernando / Fernão	7 (2+5)	3,43%
Pedro / Pêro	5 (1+4)	2,45%
Vicente	5	2,45%
Gil	3	1,48%
Lopo	3	1,48%
Rodrigo / Rui	3 (1+2)	1,48%

NOME	N.º DE OCORRÊNCIAS	%
Antoninho	2	0,98%
Bartolomeu	2	0,98%
Gabriel	2	0,98%
Gomes	2	0,98%
Josepe	2	0,98%
Luís	2	0,98%
Marcos	2	0,98%
Adão	1	0,49%
Aires	1	0,49%
Aparício	1	0,49%
Bento	1	0,49%
Bernardo	1	0,49%
Diego	1	0,49%
Estácio	1	0,49%
Francisco	1	0,49%
Garcia	1	0,49%
Gião	1	0,49%
Moninho	1	0,49%
Nuno	1	0,49%
Sentil	1	0,49%
Simão	1	0,49%
Vivião	1	0,49%
TOTAL	203	100,00%

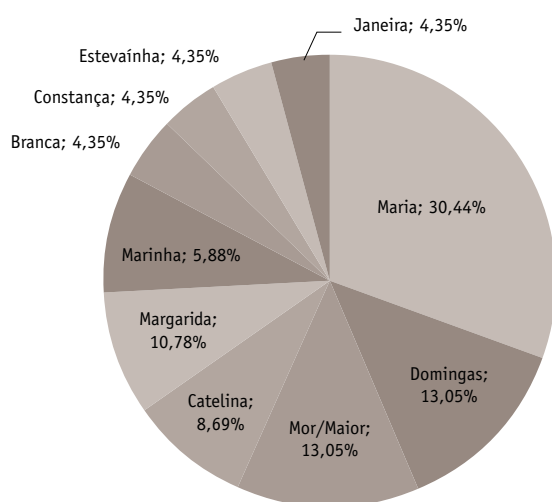
Ou seja, um conjunto de apenas quatro nomes, João (com 42 ocorrências), Estêvão (22), Afonso (21) e Lourenço (15) recolhe praticamente metade (49%) das preferências em termos de escolha onomástica (tal como já tem sido verificado em outros trabalhos da mesma natureza, em que um conjunto restrito de nomes recolhe a maioria das utilizações), havendo ainda um conjunto de sete outros nomes – Domingos (13 ocorrências), Martim / Martinho (também com 13), Gonçalo (12), Vasco (11), Fernando / Fernão (7), Pedro / Pêro (5) e Vicente (igualmente 5) – que, com as suas variantes, totalizam mais de 30% das escolhas remanescentes, o que significa que os vinte e cinco nomes restantes têm uma utilização residual entre os habitantes desta região.

Deve-se ainda mencionar a existência, neste conjunto, de dois judeus, que dão pelo nome de Josepe (versão aportuguesada no antropónimo Ioseph, que só se tornará um nome «cristianizado» no século XVI, com o concílio de Trento e o culto que será tributado a São José, redescoberto no quadro da Sagrada Família).



3. NOMES PRÓPRIOS FEMININOS

NOME	N.º DE OCORRÊNCIAS	%
Maria	7	30,44%
Domingas	3	13,05%
Mor / Maior	3 (2+1)	13,05%
Catelina	2	8,69%
Margarida	2	8,69%
Marinha	2	8,69%
Branca	1	4,35%
Constança	1	4,35%
Estevainha	1	4,35%
Janeira	1	4,35%
TOTAL	23	100,00%



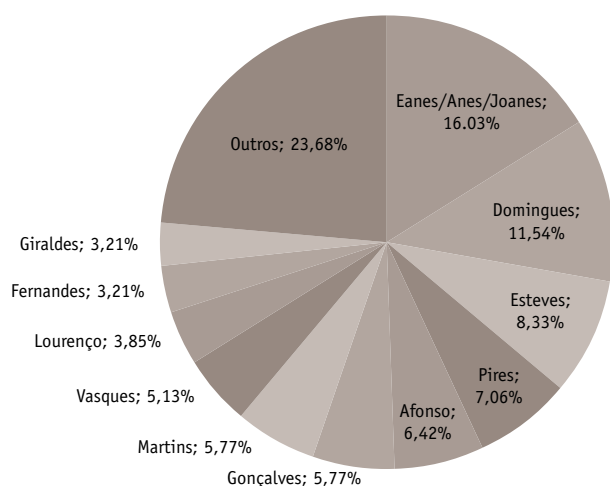
Quanto aos nomes femininos, a sua ocorrência na documentação é bastante residual – apenas 23 dos 228 atrás mencionados, representando 10,1% da amostra. Destes, a preferência vai para o nome Maria, que com mais de 30%, representa a unidade onomástica mais comum (7 ocorrências), ficando Domingas, a segunda, e Maior (com a sua síncope Mor), a terceira, já a uma distância considerável, com 3 ocorrências cada, e os remanescentes sete nomes com apenas duas e uma ocorrência, respectivamente.

4. PATRONÍMICOS

No que toca à distribuição dos patronímicos, temos o seguinte:

NOME	N.º DE OCORRÊNCIAS	%
Eanes / Anes / Joanes	25 (20+4+1)	16,03%
Domingues	18	11,54%
Esteves	13	8,33%
Pires	11	7,06%
Afonso	10	6,42%
Gonçalves	9	5,77%
Martins	9	5,77%

NOME	N.º DE OCORRÊNCIAS	%
Vasques	8	5,13%
Lourenço	6	3,85%
Fernandes	5	3,21%
Giraldes	5	3,21%
Gil	3	1,92%
Vicente	3	1,92%
Alvites	2	1,28%
Durães	2	1,28%
Gomes	2	1,28%
Mendes	2	1,28%
Miguéis	2	1,28%
Rodrigues	2	1,28%
Sanches	2	1,28%
Viegas	2	1,28%
Andreu	1	0,64%
Antão	1	0,64%
Antoninho	1	0,64%
Aparício	1	0,64%
Bernardo	1	0,64%
Eulália	1	0,64%
Jaime	1	0,64%
Lopes	1	0,64%
Manuel	1	0,64%
Mateus	1	0,64%
Nicolas	1	0,64%
Nunes	1	0,64%
Raimundo	1	0,64%
Simão	1	0,64%
Tomás	1	0,64%
TOTAL	156	100,00%

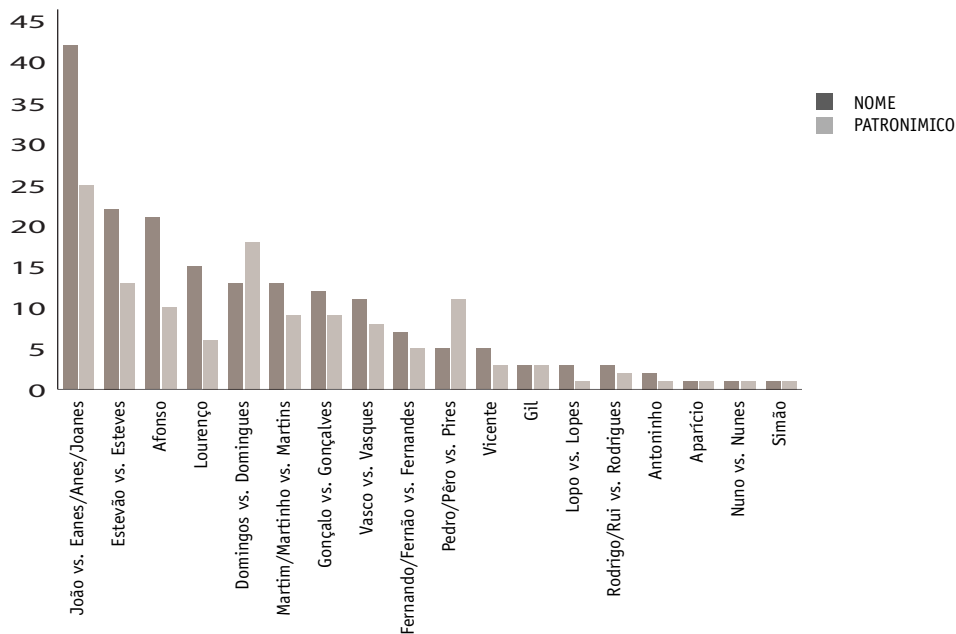


Dos 36 diferentes patronímicos arrolados, verifica-se uma vez mais que um pequeno conjunto (cinco patronímicos, ou 49,38%), representa quase metade das utilizações para o tempo e espaço em causa. Dos restantes 31, apenas Gonçalves, Martins e Vasques têm ainda alguma expressividade, sendo nos restantes a percentagem desprezável.

5. CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ANTROPÓNIMOS E RESPECTIVOS PATRONÍMICOS

NOME	N.º DE OCORRÊNCIAS
João	42
Estêvão	22
Afonso	21
Lourenço	15
Domingos / Dominicó	13
Martim / Martinho	13
Gonçalo	12
Vasco	11
Fernando / Fernão	7
Pedro / Pêro	5
Vicente	5
Gil	3
Lopo	3
Rodrigo / Rui	3
Antoninho	2
Aparício	1
Nuno	1
Simão	1

PATRONÍMICO	N.º DE OCORRÊNCIAS
Eanes / Anes / Joanes	25
Esteves	13
Afonso	10
Lourenço	6
Domingues	18
Martins	9
Gonçalves	9
Vasques	8
Fernandes	5
Pires	11
Vicente	3
Gil	3
Lopes	1
Rodrigues	2
Antoninho	1
Aparício	1
Nunes	1
Simão	1



Comparando a relação existente entre nomes próprios e os respectivos patronímicos, verifica-se também aqui um certo predomínio de um conjunto restrito de nomes e patronímicos, ainda que a relação entre ambos não seja igual. Estas desigualdades parecem demonstrar uma flutuação geracional no uso de certos nomes e respectivos patronímicos, ou seja, designando patronímico o nome do pai, este representa o nome de uma pessoa da geração anterior, ao passo que o nome em si representa o nome da geração presente, demonstrando assim uma grande flexibilidade na utilização de certos nomes. Tal verifica-se, por exemplo, com o nome mais comum, João, que é também, nas suas várias formas (Eanes, Anes, Joanes), o patronímico mais comum; mas enquanto que é usado na sua função de nome por 42 pessoas, é apenas usado como patronímico por 25, ou seja, houve um incremento na sua utilização em relação

à geração anterior. Proporcionalmente, noutros casos, houve um decréscimo na sua utilização, surgindo mais vezes representado o patronímico que o nome correspondente. Assim, por exemplo, o patronímico Domingues, com 18 ocorrências, é o segundo patronímico mais usado, enquanto que o nome correspondente, Domingos, surge em quinto lugar com apenas 13 ocorrências. Também a Pedro / Pêro, com apenas cinco ocorrências, correspondem 11 ocorrências do patronímico Pires.

Há ainda um conjunto de 18 nomes e outros tantos patronímicos que não têm correspondência directa, isto é, não há utilização dos patronímicos e dos nomes respectivos:

NOMES SEM CORRESPONDÊNCIA PATRONÍMICA	N.º DE OCORRÊNCIAS	PATRONÍMICOS SEM CORRESPONDÊNCIA NOMINAL	N.º DE OCORRÊNCIAS
Bartolomeu	2	Giraldes	5
Gabriel	2	Alvites	2
Gomes	2	Durães	2
Josepe	2	Gomes	2
Luís	2	Mendes	2
Marcos	2	Miguéis	2
Adão	1	Sanches	2
Aires	1	Viegas	2
Bento	1	Andreu	1
Bernardo	1	Antão	1
Diego	1	Bernardo	1
Estácio	1	Eulália	1
Francisco	1	Jaime	1
Garcia	1	Manuel	1
Gião	1	Mateus	1
Moninho	1	Nicolas	1
Sentil	1	Raimundo	1
Vivião	1	Tomás	1

6. ALCUNHAS

No que diz respeito a alcunhas, a nossa fonte é particularmente rica (com 64 ocorrências, representando cerca de 28% dos casos), podendo as mesmas ser agrupadas em três tipos específicos:

- alcunhas relativas a características humanas, físicas ou psicológicas: Amigo (2 vezes), Calado (1 vez), Calvo (com 4 ocorrências, a que se junta ainda uma Maria Calva), Crespo (com 2 ocorrências), Gago (3 ocorrências), Ledo (1 vez), Loução (2 vezes), Manso (1 vez), Pequeno (1 vez), Redondo (2 vezes), Velho (1 vez).
- alcunhas relativas ao exercício de profissões e / ou integração num dado estrato social: Abade, Alcaide (2 vezes), Carvoeiro, Cavaleiro, Chaveiro, Clérigo (2 vezes), Hortelão, Mestre (2 vezes), Ovelheiro (2 vezes), Rico, Vaqueiro.
- outro tipo de alcunhas, de cariz jocoso, como Fura Matos ou Olho de Milho, outras até de carácter ofensivo, como Cão¹⁰, ou Cu de Boi¹¹, e por fim algumas ainda de tipo onomatopéico, como Chim Chim¹² ou Muxom.

10

Tratar-se-ia de uma referência a um mouro, geralmente tratado de forma pejorativa pelos cristãos pelo adjectivo «cão»?

11

Notar a existência de um *Vale de Cu de Boi* nas mesmas inquirições (p. 236). Poderá ser então um topónimo?

12

Talvez se tratasse de um indivíduo que espirrasse muito, resultando chim chim do onomatopéico «atchim» (deveras esta informação ao Prof. Doutor João Cosme, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

CARACTERÍSTICAS HUMANAS	N.º	PROFISSÕES / CARGOS	N.º	JOCOSAS / OFENSIVAS / ONOMATOPEIAS	N.º
Amigo	2	Abade	1	Cão	1
Calado	1	Alcaide	2	Chim Chim	1
Calvo	5	Carvoeiro	1	Cu de Boi	1
Crespo	2	Cavaleiro	1	Fura Matos	1
Gago	3	Chaveiro	1	Olho de Milho	1
Ledo	1	Clérigo	2	Muxom	1
Loução	2	Hortelão	1		
Manso	1	Mestre	2		
Pequenino	1	Ovelheiro	2		
Redondo	2	Rico	1		
Velho	1	Vaqueiro	1		

7. LOCATIVOS

Outro elemento constitutivo de certos nomes era o locativo, pelo qual se identificava o local de proveniência ou do indivíduo ou, em última análise, da sua família. O locativo podia apresentar-se através do determinativo «de», seguido do topónimo, ou da aposição deste último numa forma adjectival.

As proveniências geográficas elencadas são de várias ordens:

- geografia próxima, do Alentejo: 5 indivíduos de Almodôvar, 2 de Beja, 1 de Oeiras, 1 de Ourique, 1 de Padrões.
- geografia mais extensa, dentro de Portugal: 1 de Abreu, 1 de Almada, 1 do Azinhal, 1 de Loulé, 1 da Marateca, 1 do Pereiro, 1 da Ribeira, 1 de Santarém, havendo ainda 1 «da Beira» e três Beirões.
- geografia externa a Portugal: 1 castelão (isto é, um castelhano), 1 francês (sendo este associado ao nome Josepe, pelo que se trataria assim de um judeu de origem francesa), 3 galegos, 2 navarros (sendo um apenas referenciado como «o Navarro», sem qualquer outro nome próprio), e dois Tominhos (sendo Tominho uma povoação da Galiza).

ALENTEJO	N.º	RESTO DE PORTUGAL	N.º	FORA DE PORTUGAL	N.º
de Almodôvar	5	de Abreu	1	Castelão	1
de Beja	2	de Almada	1	Francês	1
de Oeiras	1	do Azinhal	1	Galego	3
de Ourique	1	da Beira	1	Navarro	2
de Padrões	1	Beirão	3	Tominho	1
		de Loulé	1		
		Marateco	1		
		do Pereiro	1		
		da Ribeira	1		
		de Santarém	1		

8. ORIGEM GEOGRÁFICA

No âmbito geográfico dos três concelhos sobre os quais versa a inquirição foi ainda possível, dentre os 228 nomes arrolados, proceder a 203 identificações de acordo com os concelhos a que cada indivíduo pertencia, sendo 83 de Castro Verde, 76 de Almodôvar, e 44 de Padrões, sendo os restantes 25 indeterminados (ora porque figuram em mais do que um concelho,

ora porque não podem ser atribuídos a um dos três concelhos em concreto). Não é de admirar o facto de haver menos indivíduos em Padrões, dado este ser, dos três, o concelho mais pequeno em termos geográficos.

CASTRO VERDE	N.º	ALMODÔVAR	N.º	PADRÕES	N.º
João	16	João	13	João	11
Estêvão	11	Afonso	10	Domingos	5
Lourenço	7	Estêvão	7	Afonso	4
Martim / Martinho	7	Lourenço	6	Martim	3
Domingos	5	Fernão / Fernando	4	Fernão / Fernando	2
Afonso	4	Vasco	4	Gonçalo	2
Vasco	4	Domingos	3	Lourenço	2
Gonçalo	3	Pero / Pedro	3	Aires	1
Antoninho	2	Gil	2	Bernardo	1
Bartolomeu	2	Gomes	2	Gil	1
Gabriel	2	Lopo	2	Moninho	1
Vicente	2	Marcos	2	Pero	1
Aparício	1	Vicente	2	Rodrigo	1
Diego	1	Adão	1	Afonso	1
Fernão	1	Bento	1		
Francisco	1	Estácio	1		
Gião	1	Garcia	1		
Lopo	1	Josepe	1		
Luís	1	Luís	1		
Nuno	1	Martim	1		
Pero	1	Rui	1		
Rui	1	Simão	1		

Também aqui se verifica uma certa correspondência entre os nomes adoptados por concelho, com João à cabeça nos três, mas havendo depois flutuações nos restantes nomes do topo da tabela (Estêvão é popular entre os habitantes de Castro Verde e Almodôvar, não existindo nenhum em Padrões; por seu turno, havendo nos três concelhos Afonsos, este é o segundo nome mais popular em Almodôvar, com dez indivíduos, mas havendo quatro Afonsos em cada um dos dois outros concelhos, este nome é o terceiro mais popular em Padrões, mas apenas o sexto em Castro Verde, onde é suplantado por Lourenço, Martim e Domingos, nomes que, nos outros concelhos, figuram também em posição de destaque, mas não necessariamente por esta ordem).

CASTRO VERDE	N.º	ALMODÔVAR	N.º	PADRÕES	N.º
Branca	1	Maria	2	Maria	4
Catelina	1	Marinha	2	Catelina	1
Domingas	1	Domingas	1	Constança	1
Janeira	1	Estevaínha	1	Domingas	1
Maior	1	Mor	1	Margarida	1
Margarida	1			Mor	1
Maria	1				

No que toca aos nomes femininos, a sua proporção face ao conjunto da população é de tal forma exígua, como já antes referimos, que este mesmo exercício não é passível de ser feito, visto que, na maior parte dos casos, há apenas uma ocorrência do nome por concelho (sendo a exceção Maria, com quatro ocorrências em Padrões, e duas em Almodôvar, e ainda Marinha, também em Almodôvar, com dois casos registados).

9. TRÊS COMPARAÇÕES

Após esta dissecação da nossa fonte em termos de antroponímia, resta-nos estabelecer algumas comparações. Como referimos anteriormente, não são muitos os estudos que versam esta temática. No entanto, foi possível, pegando em dois outros que analisam a onomástica, um século mais tarde, em geografias diferentes, proceder a uma comparação e verificar da persistência de algumas tendências e da anulação de outras. Tomemos como primeiro ponto de análise o nome próprio masculino:

ALMODÔVAR, CASTRO VERDE E PADRÕES (1374-1375)		ALENTEJO, SÉCULO XV (IRIA GONÇALVES, 1971)		TORRES NOVAS, SÉCULO XV (MARCO LIBERATO, 2006)	
NOME	N.º	NOME	N.º	NOME	N.º
João	42	João	203	João	286
Estêvão	22	Fernão / Fernando	101	Pêro / Pedro	142
Afonso	21	Afonso	72	Fernão / Fernando	109
Lourenço	15	Rui / Rodrigo	66	Álvaro	100
Domingos / Dominico	13	Diogo	64	Diogo / Diego	94
Martim / Martinho	13	Pêro / Pedro	56	Rodrigo	58
Gonçalo	12	Gonçalo	50	Afonso	55
Vasco	11	Martim / Martinho	44	Gonçalo	45
Fernando / Fernão	7	Álvaro	41	Vasco	37
Pedro / Pêro	5	Vasco	38	Martim / Martinho	31
Vicente	5	Luís	30	Lopo	27
Gil	3	Lopo	27	Estêvão	24
Lopo	3	Estêvão	24	Rui	23
Rodrigo / Rui	3	Lourenço	19	Vicente	18
Antoninho	2	Gomes	19	Jorge	15
Aparício	1	Nuno	18	Gil	11
Nuno	1	Gil	16	André	9
Simão	1	André / Andrés	15	Luís	9
		Mem / Mendo	11	Domingos	8
		Vicente	7	Lourenço	8
		Brás	5	Bastião	8
		Aires	4	Francisco	7
		Bartolomeu	3	Mendo / Mem	7
		Cristóvão	3	Antão	7
		Dinis	3	Bartolomeu	6
		Domingos	2		

Os estudos aqui elencados (o já citado de Iria Gonçalves, e o de Marco Liberato sobre a «Antroponímia do Concelho de Torres Novas nos Finais da Idade Média»¹³), embora com maiores quantitativos analisados, demonstram a persistência de uma característica – o uso do nome João como sendo o mais popular, com números avassaladores face aos restantes. Há, depois, algumas flutuações – por exemplo, os nomes Estêvão e Lourenço, aparentemente

13 Cf. Marco LIBERATO, «Antroponímia do Concelho de Torres Novas nos Finais da Idade Média», *Nova Augusta*, n.º 18, 2006, pp. 13-37.

populares no Baixo Alentejo do século XIV, tornaram-se obsoletos no século XV, enquanto Fernando / Fernão e Pedro / Pêro, com modestos coeficientes para o século XIV, se tornaram cada vez mais comuns ao longo da centúria seguinte.

ALMODÔVAR, CASTRO VERDE E PADRÕES (1374-1375)		ALENTEJO, SÉCULO XV (IRIA GONÇALVES, 1971)		TORRES NOVAS, SÉCULO XV (MARCO LIBERATO, 2006)	
NOME	N.º	NOME	N.º	NOME	N.º
Eanes / Anes / Joanes	25	Anes / Eanes	146	Eanes / Anes	261
Domingues	18	Afonso	100	Álvares	118
Esteves	13	Gonçalves	68	Fernandes	111
Pires	11	Martins	61	Peres	110
Afonso	10	Fernandes	60	Gonçalves	96
Gonçalves	9	Vaz / Vasques	56	Afonso	89
Martins	9	Lourenço	46	Dias	84
Vasques	8	Peres / Pires	41	Rodrigues	82
Lourenço	6	Ruiz / Rodrigues	40	Vasques	61
Fernandes	5	Esteves	33	Martins / Marques	55
Giraldes	5	Gil	30	Lopes	49
Gil	3	Gomes	29	Vicente	38
Vicente	3	Álvares	27	Esteves	34
Alvites	2	Dias	23	Lourenço	29
Durães	2	Lopes	15	Gil	17
Gomes	2	Vicente	12	Gomes	15
Mendes	2	Mendes	10	Nunes	10
Miguéis	2	André / Andrés	7	Mendes	7
Rodrigues	2	Aires	7	Pais	7
Sanches	2	Domingues	7	Domingues	5
Viegas	2	Nunes	4	Durães	5
Andreu	1	Geraldes	2	Garcia	5
Antão	1	Bernardes	1	Luís	5
Antoninho	1	Garcia	1	Aires	4
Aparício	1	Jusarte	1	Brás	2
Bernardo	1	Nicolau	1	Jorge	2
Eulália	1	Pais	1	Soares	2
Jaime	1	Simão	1	Bernardes	1
Lopes	1			Mateus	1
Manuel	1			Santos	1
Mateus	1			Tristão	1
Nicolas	1				
Nunes	1				
Raimundo	1				
Simão	1				
Tomás	1				

Igual sucede com os patronímicos. A forma Eanes / Anes continua a ser a mais usual. Há a aparição de novos patronímicos (que, embora não fossem anteriormente desconhecidos, eram de mais rara utilização, enquanto outros são relegados para segundo plano).

**ALMODÔVAR, CASTRO VERDE E PADRÕES
(1374-1375)**

NOME	N.º
Maria	7
Domingas	3
Mor / Maior	3
Catelina	2
Margarida	2
Marinha	2
Branca	1
Constança	1
Estevainha	1
Janeira	1

**ALENTEJO, SÉCULO XV
(IRIA GONÇALVES, 1971)**

NOME	N.º
Beatriz / Brites	9
Catarina	9
Isabel	5
Inês	4
Leonor	4
Maria	3
Mor	3
Constança	2
Guiomar	2
Margarida	2
Aldonça	1
Ana	1
Brígida	1
Cecília	1
Helena	1
Iria	1
Policena	1
Urraca	1

**TORRES NOVAS, SÉCULO XV
(MARCO LIBERATO, 2006)**

NOME	N.º
Catarina	71
Maria	59
Isabel	36
Leonor	29
Beatriz	21
Inês	18
Margarida	18
Branca	14
Constança	8
Joana	7
Mícia	6
Felipa	5
Ana	4
Briolanja	4
Violante	4
Cecília	2
Clara	2
Iria	2
Maior / Mor	2
Teresa	2
Acoloria	1
Avicena	1
Domingas	1
Grimanesa	1
Guiomar	1

No que toca aos nomes femininos, há que ter em conta que as amostras dos outros estudos são significativamente mais vastas (com 51 e 327 nomes, respectivamente), pelo que o estabelecimento de conclusões se encontra viciado à partida. Ainda assim, é possível afirmar, sem grande margem de erro, que a predominância do nome Maria decresce (aliás, só recuperará o seu prestígio na segunda metade do século XVI, devido à intensificação do culto mariano), afirmando-se como nomes mais comuns as Catarinas, as Brites, as Isabéis e as Leonores, e diversificando-se a amostragem dos nomes utilizados.

CONCLUSÃO

Dentro dos limites a que nos propusemos, procurámos trazer ao público uma temática tantas vezes ignorada como é a do estudo da onomástica medieval portuguesa, esperando que a mesma constitua uma chamada de atenção para a riqueza que estes estudos nos podem propiciar, em termos de análise sociológica da sociedade portuguesa do século XIV. Um olhar atento para esta fonte proporcionou-nos a possibilidade de verificarmos que, se na maior parte dos casos estudados a simples menção de nome e patronímico basta para identificar um indivíduo (sendo, neste aspecto, a onomástica muito pobre, pois embora sejam conhecidos vários nomes e respectivas variantes, a verdade é que a maior parte dos indivíduos usa um pequeníssimo conjunto de cinco ou seis nomes mais comuns e que formam mais de metade do total utilizado pela comunidade), noutros casos torna-se premente a utilização de uma alcunha ou designação geográfica com a qual se possa precisar, mais

exactamente, de quem se trata. Se uma alcunha, pela sua própria natureza, pode servir para engrandecer ou denegrir o visado (desde adjectivos como ledo ou loução, a outros não tão favoráveis como gago, calvo ou velho), já o locativo identifica claramente a proveniência do indivíduo, ou em última análise, a da sua família. É assim significativo notar, entre os topo-antropónimos, as referências a localidades situadas a alguma distância da região alvo da nossa análise – caso da Marateca, Almada ou Santarém, e ainda as referências a quatro habitantes da Beira (no que seria talvez demonstrativo de uma tendência plurissecular de emigração da montanha da Beira para a planície alentejana...), mas sobretudo as referências exteriores a Portugal, com menções a castelãos, franceses, galegos e navarros – diferentes nacionalidades aqui representadas, que nos levam a pôr em cima da mesa a ideia de, se se não tratavam de naturais de outros reinos, talvez fossem, pelo menos, descendentes de estrangeiros dessas nacionalidades. Concluimos, por fim, com os votos que o caminho agora (re)aberto seja trilhado por outros investigadores, desejosos de melhor conhecerem a história social do medievo em Portugal...

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

Inquirições sobre os Bens Régios nos Concelhos de Castro Verde, Almodôvar e Padrões (1375-1376). Introd., edição do texto e notas por Valentino VIEGAS e apresentação de Bernardo Vasconcelos e SOUSA, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1998.

2. ESTUDOS

FRANCO, Isabel Maria M. Alves Pedrosa, *Antroponímia e Sociabilidade através dos «pergaminhos» do Cabido da Sé do Porto (século XIV)*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho e à Université de Paris I – Sorbonne, 2006.

GONÇALVES, Iria, «Amostra de Antroponímia Alentejana do século XV», *Do Tempo e da História*, vol. IV, 1971, pp. 173-212.

GONÇALVES, Iria, «Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média», *Do Tempo e da História*, vol. V, 1972, pp. 159-200.

GONÇALVES, Iria, «Entre o Masculino e o Feminino: Sistemas de Identificação em Finais do Século XV», *Em Louvor da Linguagem. Homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*, org. de Maria Leonor Machado de Sousa [et al.], Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp. 141-158.

LIBERATO, Marco, «Antroponímia do Concelho de Torres Novas nos Finais da Idade Média», *Nova Augusta*, n.º 18, 2006, pp. 13-37.

ROWLAND, Robert, «Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação», *Etnográfica*, vol. 12, n.º 1, Maio 2008, pp. 17-43.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, «A onomástica, o indivíduo e o grupo», *Arquipélago – História*, 2.ª série, VII, 2003, pp. 229-242.